

A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro: aspectos econômicos.

Márcia Amantino*♦

Resumo: A partir da década de 1730 percebe-se que cada vez mais aumentavam os questionamentos sobre o papel desempenhado pelos Jesuítas em todo o reino português. Se antes eram vistos como aliados dos interesses reais, passaram gradativamente a ser identificados como perigosos inimigos. O ponto crucial deste embate foi a ordem de expulsão deles de todo o Reino e áreas coloniais. Este momento é bastante complexo e envolve uma série de fatores, mas esta comunicação pretende analisar apenas seus aspectos econômicos. O objetivo é demonstrar como estava alicerçada a base material dos inacianos na Capitania do Rio de Janeiro através de sua movimentação financeira. Para tanto, serão utilizados diferentes documentos produzidos pelas autoridades coloniais no momento em que precisavam tomar posse dos bens, das fazendas, dos engenhos, do dinheiro e dos escravos que pertenciam aos inacianos.

Palavras-chave: Jesuítas, propriedades, Capitania do Rio de Janeiro

Abstract: Starting from the decade of 1730 it is noticed that more and more increased the questions about the paper carried out by the Jesuits in whole the Portuguese kingdom. If before they were seen as allies of the real interests, they started to be identified as dangerous enemies. The crucial point of this collision was the order of expulsion of them of the whole Kingdom and colonial areas. This moment is plenty complex and it involves a series of factors, but this communication intends to just analyze your economical aspects. The objective is to demonstrate how the material base of the Jesuits was found in the Captaincy of Rio de Janeiro through your financial movement. For so much, different documents will be used produced by the colonial authorities when they needed to take ownership of the properties, of the farms, of the mills, of the money and of the slaves that belonged to the Jesuits.

Words-key: Jesuits, properties, Rio de Janeiro

* Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira- UNIVERSO.

♦ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro- FAPERJ.

No dia 14 de março de 1760, 119 jesuítas embarcaram presos na Nau de Nossa Senhora do Livramento e São José com destino à Europa. Eram padres que estavam estabelecidos não só no Colégio do Rio de Janeiro, em suas fazendas e nos aldeamentos da Capitania, mas alguns também vinham da Bahia, do Espírito Santo e de São Paulo. Todos foram retirados com escoltas por milícias armadas de suas propriedades ou aldeamentos indígenas e colocados incomunicáveis dentro do Colégio da Cidade à espera de outros religiosos vindos de diferentes partes da colônia.¹

Tais religiosos foram diferentemente do que acontecia no passado, acusados de não só tramarem contra a vida real, mas também de pregar publicamente contra os interesses da Coroa, de impedir o desenvolvimento das economias locais e da civilização dos índios. Contudo, estas eram apenas algumas das acusações que pesavam sobre eles e em virtude disto e de uma série de outras questões, foram expulsos do Reino e das colônias em 1759.

As autoridades da Capitania do Rio de Janeiro relataram ao rei e a seus ministros que não havia ocorrido nenhum incidente grave durante a prisão dos mesmos. Todos os inicianos aceitaram impassíveis as ordens de abandonar tudo e seguir a escolta. O mesmo foi dito com relação à população. Ninguém levantou a voz para defendê-los. Segundo as autoridades, era um sinal de que as pessoas tinham medo deles e não respeito ou consideração.

Pode ser que a autoridade responsável pela Capitania do Rio de Janeiro estivesse tentando passar para o rei a idéia de que estava tudo sob controle na região e em função disto, os conflitos teriam sido escondidos. Seja como for, é curioso que não há em diferentes tipos de documentos que abordaram assuntos ligados à expulsão dos jesuítas qualquer indício de tentativa por parte da população de questionar a saída dos religiosos. Pelo contrário, toda a documentação produzida posteriormente aponta para informações que mostram os jesuítas como pessoas de difícil trato e convivência. Parece até que a expulsão deles foi motivo de alívio em muitas regiões.

O poder temporal dos inicianos foi, sem dúvida, um ponto de conflito entre eles e os demais membros da sociedade. No caso fluminense, os jesuítas possuíam inúmeras propriedades urbanas e rurais administradas pelo Colégio o Rio de Janeiro. Administravam quatro aldeamentos (São Pedro da Aldeia (1617), São Lourenço (1568), São Francisco Xavier de Itinga (1627) e São Barnabé (1578)) e nove fazendas ou engenhos (Santo Ignácio dos Campos Novos (1630), de Sant’anna de Macaé (1630), de Campos dos Goitacases (1630), da

¹ “Ofícios ao Conde de Bobadela, tratando do seqüestro dos bens, reclusão e expulsão e demais providências tocantes aos Jesuítas” (período de 21/07/1759 a 19/10/1760) - Biblioteca Nacional. Manuscritos, I-31,33,004.

Papucaia de Macacu (1571), do Saco de São Francisco Xavier (?), de Santa Cruz (1589) e os Engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo (1577).

Desde a chegada dos inacianos à capitania durante a expulsão dos franceses até a sua própria saída, montaram uma extensa e complexa estrutura econômica que começava pelo controle de amplas terras, seguia em direção a administração sobre a mão-de-obra indígena aldeada e sobre escravos negros e terminava no envio de produtos e riquezas para outras regiões e para fora da América Portuguesa. Para a criação deste poder econômico, as benesses dadas pelos reis e pelos governadores foram essenciais. As principais diziam respeito à liberação do pagamento das taxas de entrada e saída nas alfândegas do Reino e das colônias. Bastava para isto que as mercadorias fossem identificadas com a marca da Companhia de Jesus.² Outro privilégio estava ligado à questão rural. Diferentemente dos demais que recebiam sesmarias, os jesuítas poderiam ficar sem tomar posse das terras por um período de 10 anos e caso precisassem de mais tempo, bastava solicitar a extensão deste prazo.³ Além disto, eles e seus foreiros não pagavam impostos sobre a propriedade rural.⁴

A Companhia de Jesus era, na Capitania do Rio de Janeiro, uma das maiores proprietárias de terras. A aquisição destas propriedades era sempre justificada pelo fato de que seriam com elas que eles poderiam produzir para alimentar a eles e aos índios aldeados, essenciais no projeto de colonização. Após receberem as sesmarias, conseguiam através de compras ou de processos judiciais que sempre ganhavam incorporar mais terras às suas propriedades. Em muitas regiões passavam a ser senhores quase que absolutos das terras. Aqueles que quisessem continuar a viver por ali precisavam se tornar foreiros dos inacianos.

As fazendas jesuíticas eram, portanto, gigantescas extensões de terras trabalhadas tanto por foreiros, como por escravos negros e índios aldeados. Reuniam assim, centenas de trabalhadores, na maioria escravos que produziam para abastecer os aldeamentos, a cidade do Rio de Janeiro, ou mesmo outras localidades, mas acima de tudo, eram responsáveis pela geração de enormes lucros para os Colégios.

Estes lucros eram ainda acrescidos com o dinheiro proveniente dos aluguéis dos imóveis urbanos, da venda dos mesmos, dos arrendamentos de parcelas de terras e dos foros recebidos anualmente. Isto sem contar com os produtos que eram fabricados por negros escravos ou por índios e que eram vendidos pelo Colégio e com o aluguel cobrado por serviços especializados realizados pelos cativos e índios.

² Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968, p. 22.

³ Idem p. 14-15

⁴ Idem p. 21

Evidentemente nem todos os jesuítas concordavam com a legalidade ou pelo menos, com a moralidade desta riqueza. O Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, Antonio Forte que depois foi visitador da ordem, afirmou que possuíam muitas fazendas na capitania e que isto não era uma boa coisa, pois,

*isto é abarcar muito com nosso crédito por que tudo é temporal e espiritual quase nada aqui por ser Colégio sem missões ao sertão, e com a falta de sujeitos, que tenho dito. E também entendo que é perda do Colégio, porque quem abarca muito não pode sustentar isso como a de ser, e as fazendas tão longe e espalhadas requerem maiores gastos, e não se pode visitar amiúde, morre os negros sem confissão...*⁵

Sugere que a Companhia abrisse mão de algumas fazendas, pois segundo ele, “ nós queremos ter tantas fazendas sem donos, pois não assistimos nelas”. Sugere ainda, reduzir todas a uma só, pois custava muito visitar as terras de Goitacases e Macaé e os caminhos eram difíceis para condução do gado. Para ele não valia a pena transportar este gado para Santa Cruz, beneficiando os campos com mais valas. Em outra carta, sugere vender todo o gado de Macaé, Goitacases e Macacu “ajuntar uns poucos de mil cruzados e fazer uma espécie de aplicação em Portugal”. Com os juros, os recursos de Santa Cruz e os aluguéis das casas e as rendas dadas pela Coroa podia-se sustentar dois Colégios iguais aos do Rio de Janeiro.⁶

De qualquer forma, a opinião do Reitor não foi ouvida pelos religiosos e o crescimento econômico continuou nas variadas regiões onde eles estavam presentes.

A partir da ordem de expulsão dos inacianos, as autoridades locais começaram a elaborar uma série de documentos visando realizar o seqüestro de seus bens. Através desta documentação pode-se ter uma idéia de como estava organizada economicamente a existência destes religiosos em terras da Capitania do Rio de Janeiro.

Dentro do Colégio, no momento do confisco dos bens, acharam apenas quinhentos mil e duzentos e vinte reis. Como o restante do dinheiro não foi na frota e nem estava com os religiosos, acreditou-se que eles haviam escondido com pessoas de sua confiança ou ainda que estivesse escondido dentro do Colégio.⁷ Dias depois, identificaram que além do dinheiro encontrado havia mais com o procurador do Colégio. A maior soma encontrada com ele foi de

⁵ LEITE, SERAFIM *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000, vol.8, p. 188-189.

⁶ ARSI, 3 I Epp.Bras (1550-1660), pp.216-217. Citado por ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EDUSP, 2004 p. 189.

⁷ Carta do Desembargador Agostinho Felix dos Santos Capelo, responsável pela diligência de seqüestro dos bens dos jesuítas no Rio de Janeiro para o Conde de Bobadela. Rio de Janeiro, 10 março de 1760. IHGB Arq 1,3-8 p. 197 - Cópia extraída do Códice manuscrito n. 555 Real Biblioteca Publica do Porto.

1 conto 330 mil 970 reis que estava em um saquinho que pertencia ao Bispo de Mariana.⁸ Havia também 768 mil que pertencia ao testamento do pedreiro Pedro do Lago, que trabalhara nas obras do Colégio. Com o Padre Antonio Coelho havia 1 conto 329 mil 440 reis para entregar a Manoel Antonio de Carvalho, homem de negócios do Rio de Janeiro, por ordem de Padre Sylvino Pinheiro, reitor do Colégio do Espírito Santo e mais 495.930 reis que tinha sido entregue por Torcato Martinho de Araújo, morador na mesma capitania. Foi encontrado neste Colégio dois mil cruzados. Acreditaram que este dinheiro pertenceria ao Colégio do Rio de Janeiro porque o do Espírito Santo era muito pobre. O do Rio de Janeiro era o “de maiores rendimentos do reino e acaso da Europa”, não podia estar com tão pouco dinheiro, pois não tinha obra há tempo e nem outros gastos extraordinários.⁹

Apesar dos Colégios serem os recebedores e armazenadores das mercadorias produzidas pelas fazendas e engenhos e possuírem o poder de vendê-las quando fosse o melhor momento, pode ser que esta soma não pertencesse a ele. De acordo com Cushner, os Colégios também funcionavam como uma espécie de banco que recebia e guardava o dinheiro para as pessoas interessadas na segurança das edificações jesuíticas.¹⁰

Ao longo de dias tormentosos, várias pessoas foram presas por esconderem os bens dos jesuítas a seus pedidos e, gradativamente, objetos de ouro e prata foram encontrados.

Este foi o caso de Francisco Pereira da Silva, caixeiro e procurador dos padres no Rio de Janeiro em 1759. Ele e vários outros homens estavam envolvidos na devassa aberta por causa da denúncia feita por Anselmo de Souza Coelho. Segundo Anselmo, na noite do dia dois de novembro do ano de 1759, estava chovendo muito. De repente, ele ouviu um carro de boi parar perto da sua casa. Foi à porta e viu que era o carro dos padres, “parecia vir bastante carregado e coberto com uns couros”. Os escravos descarregavam o carro em uma casa próxima.

Com base nesta denúncia, prenderam o morador da casa onde foi descarregado o carro, Manoel José Bernardes, mestre cabeleireiro. Ele alegou que não estava em sua casa naquela noite e seu filho de 13 anos autorizou um vizinho a guardar ali duas caixas de açúcar. O vizinho, Manuel Antunes da Silva Guimarães ao ser interrogado, disse que não sabia de onde vinham as caixas de açúcar. Continuando os interrogatórios, chegaram a João Antunes da

⁸ O Bispo de Mariana foi segundo Serafim Leite, um dos poucos religiosos que se portou com dignidade e respeito aos jesuítas quando da ordem de expulsão. Teria ele relações econômicas maiores com a ordem e daí, seu interesse em manter a discrição? Seria por causa do saquinho de dinheiro?

⁹ Carta do Desembargador Agostinho Felix dos Santos Capelo...

¹⁰ CUSHNER, Nicholas P. Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina. 1650-1767. Albany: State University of New York Press. 1983. p. 146.

Silva, caixeiro e irmão de Manuel Antunes da Silva Guimarães, homem de negócios da cidade. João Antunes praticamente repetiu tudo o que já se sabia: as caixas tinham sido colocadas na casa de Manuel José Bernardes porque era mais perto do ponto de embarque. Também não sabia de quem eram. Só sabia que o irmão vendia sempre caixas de açúcar para a vila de Santos. Depois de ter dito que o tal carro havia chegado à tarde e que não sabia se ele era dos Jesuítas, teve que se desmentir. Os interrogadores afirmaram que já sabiam que o carro teria chegado à noite e que era do Colégio. As caixas possuíam a marca “MA”, mas ele não sabia de que engenho era.

A situação só ficou esclarecida com o depoimento do irmão, o Manuel Antunes da Silva Guimarães. Ele disse que o padre superior, Pedro de Vasconcelos, “logo depois da partida da frota”, lhe pedira para comprar umas caixas de açúcar que eram de um lavrador. Pouco tempo depois, ele recebeu uma caixa com 36 arrobas e meia e 3 feixes com 30 arrobas de açúcar branco. Ele vendeu tudo e o dinheiro estava com ele. Um mês depois, o padre lhe remetera mais duas caixas. Todas possuíam a marca “MA”. No dia seguinte, o padre remeteu mais duas caixas com 36 arrobas e meia. Disse que o padre era filho de Cosme Velho Pereira e como ele havia sido o caixeiro deles por um bom tempo, se conheciam daquela época, por isto, o religioso confiava nele. Pode-se perceber que o padre enviou para Manuel Guimarães, aproximadamente 139 arrobas e meia de açúcar. A marca “MA” que todos disseram não saber o que significava era, muito provavelmente a identificação da fazenda jesuítica de Santana de Macaé, uma das que produziam açúcar.

O açúcar não era, contudo o único meio de riqueza dos padres. Nireu Cavalcante demonstrou a localização de alguns imóveis que pertenciam ao Colégio do Rio e quais eram os seus rendimentos:

Tabela n. 1 - Imóveis dos Jesuítas na Cidade do Rio de Janeiro, c. 1760

Logradouros	Características dos imóveis dos jesuítas						
	Total	3 pav	2 pav	Térrea	Loja	Terreno	rendimentos
Rua da Alfândega	6	3	3	-	-	-	520\$000rs
Rua da Candelária	1	1	-	-	-	-	65\$000rs
Rua Direita	31	3	15	11	1	1	3.767\$120rs
Rua Dom Manuel	6	-	-	6	-	-	242\$400rs
Trav. do Guindaste	4	-	4	-	-	-	99\$800rs
Rua detrás do Hospício	1	-	1	-	-	-	72\$000rs
Rua do Ouvidor	2	-	2	-	-	-	255\$000rs
Rua do Peixe	3	2	1	-	-	-	680\$400rs
Trav. da Quitanda	12	-	-	12	-	-	539\$200rs
Rua do Rosário	4	-	4	-	-	-	220\$120rs
Rua das Violas	1	-	1	-	-	-	90\$000rs
Total	71	5	27	37	1	1	6.551\$040rs

Fonte: CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade-da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 66

Por estes dados pode-se perceber que os imóveis urbanos eram fontes de rendas para o Colégio do Rio de Janeiro e que possuíam características diferentes entre si. Em comum, o fato de que todos estavam no centro da cidade, ou seja, na área de comércio e negócios. Portanto, na região importante da cidade em termos de realizações econômicas.

Nas contas feitas pelo Desembargador Capelo a respeito dos rendimentos do referido Colégio no ano de 1761¹¹, constavam:

¹¹ Ofício do governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo ao Conde de Oeiras, em 10 de março de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 62 doc. 5940.

Tabela n. 2 – Rendimentos do Colégio do Rio de Janeiro em 1761.

Itens	Crédito	Débito	Totais
Bens vendidos e parcelas em dinheiro	12:204\$540		
Rendeu a Fazenda de Santa Cruz	5:434\$114		
Rendeu a fazenda de Campos	11:900\$050		
Rendeu a Fazenda de Macaé	382\$260		
Rendeu a Fazenda de Campos Novos	330\$000		
Sub-total	30:250\$974		
Despesas		13:205\$352	
Sub-total líquido			17:044\$622
Dinheiro e fumo vendido	160\$310		
Rendimentos do Colégio	3:314\$900		
Do Colégio de Angola	259\$610		
Do Colégio de Faial	408\$000		
Do Colégio de Parnagoá	128\$000		
Sub-total			21:315\$442
Remessa feita pelo Desembargador Manoel F Brandão	8:615\$320		
Remessa feita pelo Desembargador Gonçalo de Brito Barros	394\$566		
Remessa por letra segura para a compra de couros curtidos vindos de Santa Cruz	293\$880		
Soma total da remessa que vai na frota			30:679\$208

Esta prestação de contas permite não só identificar como estavam produzindo as fazendas mesmo sem os religiosos, mas também demonstram os contatos existentes entre diferentes Colégios e as formas de arrecadação financeira da Companhia de Jesus. Percebe-se também que as fazendas produziam e rendiam somas bastante desiguais.

Com relação às fazendas, cada uma recebeu um desembargador que deveria realizar um inventário com a avaliação de tudo o que encontrasse: as terras deveriam ser medidas, verificadas suas possibilidades e produções, os escravos listados de acordo com suas características físicas e laborais e as construções, bibliotecas, boticas e oficinas deveriam ser descritas e avaliadas quando fosse o caso. Tudo passaria a pertencer ao Erário Real. Os únicos elementos que não seriam seqüestrados seriam as igrejas e seus ornamentos, pois estes pertenceriam ao povo da região onde estava localizado o templo.

Os escravos foram elementos de destaque em todos os inventários analisados. Ao todo, perfazem um total de 2.395 escravos. Destes, 1174 eram homens e 1221 eram mulheres. A fazenda que possuía o maior número de escravos na Capitania do Rio de Janeiro era a de Santa Cruz com 1237 cativos. Ela era seguida pelas fazendas de São Cristovão e de Campos

Novos com 330 escravos cada uma. Engenho Novo vinha logo depois com 281 e, por último, Macaé com 217 escravos.

Infelizmente, os responsáveis pelas listas dos escravos não tiveram o cuidado de anotar a procedência e a cor de cada um e poucos foram os casos onde estas informações aparecem. Contudo, uma preocupação eles tiveram: anotar as relações familiares entre os cativos. E através destas informações pode-se perceber que diferentemente das fazendas leigas, nas fazendas dos inacianos havia um elevado número de famílias estáveis, algumas com mais de duas gerações.

Em virtude do tamanho deste texto, será analisada rapidamente apenas a fazenda de São Cristóvão. Em novembro de 1759 o Desembargador de agravos da Relação Rio de Janeiro, Manoel de Afoncequa Brandão terminava o inventário da fazenda de São Cristóvão que até então havia pertencido aos Jesuítas.¹² Tratava-se de uma terra que estava inserida na sesmária chamada de Iguçu, assim como os Engenhos Velho e o Novo. Esta sesmária havia sido doada à Companhia de Jesus em 27 de novembro de 1565, por Estácio de Sá e confirmada pelo rei em 1579.¹³

Os Jesuítas nas terras do Engenho de São Cristóvão montaram um complexo agrícola destinado à produção de frutas e legumes e à produção de cal. Infelizmente, pouco se sabe sobre o cotidiano desta estrutura. Mas, a partir do inventário de seqüestro do engenho feito em 1759, podem-se identificar algumas características.¹⁴ Lá, viviam, neste momento, os padres jesuítas Julio de França, que era o superior, o padre Joaquim de Moraes, sacerdote e doente do mal de São Lázaro, Gaspar de Ribeiro e Henrique Recollete. Todos foram enviados presos ao Colégio do Rio de Janeiro. De lá, partiram meses depois rumo ao exílio juntamente com os demais religiosos que estavam na Capitania do Rio de Janeiro e na do Espírito Santo.

Através do auto de seqüestro, identifica-se que o Engenho de São Cristóvão era uma estrutura que possuía casas de vivenda, casas para jogos de truque e taco, uma capela, móveis, uma casa de armazém, uma casa de curtume, uma casa de olaria, 76 senzalas de telha, uma casa de palha, uma casa de farinha e muitas ferramentas. Além disto, o engenho possuía

¹² Auto de seqüestro na Fazenda de São Cristóvão e terras dela pertencentes 9/11/1759 - Arquivo do Ministério da Fazenda – código. 81.20.16

¹³ Carta da Terra do Iguçu que foi dada ao Colégio do Rio de Janeiro. *Livro de Tombo do Colégio dos Jesus do Rio de Janeiro*. p. 58-62.

¹⁴ Com a expulsão dos Jesuítas do Império Português foram gerados documentos a fim de viabilizar o confisco dos seus bens. São de caráter oficial e remetem a concepções econômicas e utilitárias acerca das riquezas que pertenciam aos Jesuítas e que, naquele momento, seriam incorporadas à Coroa. Através deles, pode-se compreender o que existia e como funcionavam estas fazendas e engenhos. Pode-se inferir também a análise das suas estruturas econômicas, as relações com os arrendatários e com os fazendeiros da região e o número de escravos possuídos.

também 50 bois de carro cada um avaliado em 8.000 réis; 74 bois de matança a 5.500 réis cada; 8 bois avaliados em 4.500 réis e 8 vacas. Destas, só entraram no inventário, três porque as demais pertenciam a Igreja e haviam sido doadas pelos devotos. Cada uma foi avaliada em 4.000 réis. Havia também cinco vitelas que foram avaliados em 2.500 réis cada um; dois bezerros, 15 ovelhas, um carneiro e 4 borregos. Todos foram avaliados em 6.400.000 réis. Possuíam ainda um borrego avaliado por 320.000 réis; um cavalo de 10.000 réis, mais um outro magro e destroçado que foi avaliado por 2.000 réis e um outro alazão avaliado por 5.000 réis.

O Engenho de São Cristóvão era famoso na cidade do Rio de Janeiro por receber estudantes que se divertiam nas férias jogando nas casas destinadas a esta diversão. Parece, entretanto, que esta diversão não era tão inocente. Pelo menos, não para os inicianos. Nas instruções Secretas destinadas aos irmãos da ordem, havia um comentário que dizia ser muito bom e interessante atrair os jovens para estas atividades dentro de seus espaços. Assim, eles poderiam ser persuadidos a entrarem na instituição e, como eram de famílias abastadas, haveria com certeza, doações avultadas.¹⁵

O Engenho de São Cristóvão tinha em novembro de 1759, 316 escravos. Destes, 163 eram mulheres (51,58%) e 153 eram homens (48,42%). Havia uma diferença de 10 mulheres a mais na fazenda. Este quadro demográfico demonstra um acentuado equilíbrio entre os sexos, propiciando a formação de famílias e certa estabilidade no plantel, uma vez que não há na listagem, assim como em outras fazendas dos jesuítas na Capitania do Rio de Janeiro, qualquer menção a presença de africanos, recém incorporados.

Deste conjunto, 23 cativos aparecem sem valor, enquanto que o restante somou o montante de 612\$000 réis, 4,15% do montante de 14:711\$600 réis, com que foi avaliado todo o grupo. Por sinal, há uma regularidade nos preços de homens e mulheres, que atingiram frações bem semelhantes. As mulheres foram avaliadas em média por 7:550\$400 réis, enquanto que os homens, 7:161\$200 réis.

Os que receberam maior preço foram 37 escravos com ofícios (11,7%): 02 alfaiates, 01 oficial de alfaiate, 01 barbeiro, 03 canteiros, 01 barqueiro, 12 carpinteiros, 01 oficial de carpinteiro, 03 ferreiros, 01 oleiro, 07 pedreiros, 01 principiante de carpinteiro, 04 sapateiros e 01 tanoeiro, avaliados em 1:022\$084 réis, um percentual de 6,94% do valor do monte.

A partir do seqüestro a vida destes cativos mudou radicalmente. Diferente do que ocorreu na Fazenda de Santa Cruz onde praticamente não houve separações, os escravos de

¹⁵ Monita Secreta ou instruções secretas dos jesuítas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.

São Cristóvão foram vendidos na praça do Rio de Janeiro e a maioria foi separada de suas famílias. Mas esta é outra história.

A administração de todos os bens materiais proporcionava aos inácianos uma complexa rede econômica que por sua vez, propiciava o exercício de poder político e social nas regiões em que se situavam. Controlavam grandes parcelas de terras e uma numerosa mão-de-obra formada tanto por escravos quanto por índios aldeados. A partir de 1759, momento de sua expulsão, tornaram-se inimigos da Coroa e seus bens foram assimilados ao Erário Régio e alguns, posteriormente vendidos em praça pública, liberando assim, as terras e imóveis para a população que detinha algum poder financeiro.